

**--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, EFECTUADA NO DIA VINTE SETE DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS, NO SALÃO NOBRE DA ASSEMBLEIA DISTRITAL, NA CIDADE DE SANTARÉM. -----**

-----  
--- Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e seis, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre da Assembleia Distrital, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS: -----**

- 1.-SEGUNDA REVISÃO ORÇAMENTAL DA C.M.S.; -----**
- 2.-PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA C.M.S. E S.M.S. PARA O ANO DE 1997; -----**
- 3.-PROJECTO MUNICIPAL SANTARÉM A PATRIMÓNIO MUNDIAL - APRESENTAÇÃO DE “DOSSIERS” DESCRITIVOS DO PATRIMÓNIO SUJEITO A CLASSIFICAÇÃO PELO I.P.P.A.R.; -----**
- 4.-ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O IGAPHE E INH PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÕES DE CUSTO CONTROLADO; -----**
- 5.-REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE SANTARÉM; -----**
- 6 -ADESÃO DA C.M.S. AO INSTITUTO DE ARQUITECTURA MILITAR**

**PORTUGUESA.** -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes ausências: -----

--- **Faltas justificadas:**-----

--- **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO.** -----

--- **CARLOS MANUEL MARQUES FERREIRA.** -----

--- **CUSTÓDIO MANUEL VITORINO BENTO.**-----

--- **JOÃO VÍTOR REIS GOMES MENDES.** -----

--- **RUI PEDRO ALVES RIBEIRO DA COSTA CALDEIRA.** -----

--- **ANABELA BOTELHO AMARO ALMEIDA.** -----

--- **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO.**-----

--- **JOÃO PIEDADE JOANAZ.**-----

--- **BERTINO COELHO MARTINS.**-----

--- **MÁRIO MARTINHO DE OLIVEIRA.** -----

--- Confirmada a existência de quórum, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou aberta a Sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo a aprovação a **acta número vinte e um**, tendo intervindo o Senhor **VICENTE BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, referindo que não se reconhece na sua intervenção transcrita para a acta, solicitando que esta fosse revista.

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu que também tem algumas objecções a fazer de natureza formal e que, independentemente das correcções a fazer

nas intervenções de cada membro, conforme fosse solicitado, ir-se-ia votar a acta, se não houvesse qualquer oposição. -----

--- Submetida a votação a referida acta foi deliberado, **por unanimidade, aprovar.** -----

--- A seguir interveio o Senhor **PRIMEIRO SECRETÁRIO** prestando as seguintes informações: -----

--- Foi distribuída uma folha com um mapa para ser intercalado no orçamento.-----

--- Que as senhas de presença foram hoje liquidadas até trinta de Novembro último. -----

--- Foram distribuídos documentos relativos à CP dando resposta ao Executivo Camarário acerca do Parque de Estacionamento desta Empresa, na Ribeira de Santarém.

--- Foi distribuída aos Senhores Presidentes de Junta fotocópia de circular da ANMP sobre “Baldios”. -----

--- Que o prazo para aquisição do livro “20 Anos de Abril” termina no final do corrente mês e concluiu prestando alguns esclarecimentos sobre os contributos para o Monumento ao 25 de Abril e a Salgueiro Maia.-----

--- Seguidamente interveio o Senhor **ANTÓNIO DUARTE** referindo que, no seu entender, há que rever a forma como o Festival de Gastronomia se tem vindo a fazer.-----

--- Questionou se já foi feito o estudo do protocolo assinado há dois anos com a SONAE acerca do parque de estacionamento no Centro Histórico, salientando que a cidade em relação ao estacionamento automóvel está um caos e que, os condutores, são sistematicamente multados porque não têm onde parar os veículos.-----

--- Concluiu, sublinhando as palavras do Senhor Vereador Botas Castanho que não se

quer o Centro Histórico para Museu. -----

--- Interveio depois a Senhora **MÓNICA MENDONÇA** apresentando a seguinte

Proposta de Recomendação: -----

--- “Hoje em dia, na Sociedade Portuguesa, é inquestionável o dever, moral e humano, de prestar solidariedade e apoio à luta pela autodeterminação do povo irmão de Timor-Leste. -----

--- Não devemos hesitar em manter a chama desta causa viva e sempre na nossa razão e no nosso coração. Tudo o que estiver ao nosso alcance deve ser feito!-----

--- Assim sendo, a Juventude Socialista, através da sua representação no Grupo do PS na Assembleia Municipal de Santarém, propõe:-----

--- 1. Colocação em cada uma das vinte e oito freguesias do Concelho de Santarém uma referência toponímica a Timor-Leste e aos laureados pelo Prémio Nobel da Paz de 96;---

--- 2. Aquando da construção do Monumento ao 25 de Abril, enquadrar uma placa à luta do Povo Maubere”. -----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **BASÍLIO OLEIRO** Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças referindo que o recinto do reservatório de água, na sua freguesia, se encontra em péssimo estado de conservação, solicitando aos responsáveis da Autarquia que tomassem as devidas providências no sentido de melhorar aquela área.-----

--- Alertou mais uma vez para o mau estado das estradas que servem o Arneiro das Milhariças que, com as últimas chuvadas, está cada vez mais isolado.-----

--- Tomou depois a palavra o Senhor **ZEFERINO SILVA** referindo-se à Rua “O” e perguntando se em mil novecentos e noventa e três houve efectivamente um “boicote” de uma Secretaria de Estado das Obras Públicas no valor de cerca de quatrocentos e cinquenta mil contos para conclusão da referida obra.-----

--- Questionou porque é que as obras da construção da rotunda, no Sacapeito, estão paradas.-----

--- Sugeriu que a Câmara, há semelhança daquilo que faz para a Assembleia distribua, para a comunicação social, um relatório das obras que efectua.-----

--- Referiu que no seu entender não se pode comparar o Concelho de Santarém aos concelhos limítrofes.-----

--- Seguidamente interveio o Senhor **EUGÉNIO PISCO** manifestando a sua preocupação relativamente ao problema que está a ser criado junto da Escola dos Leões com a construção de edifícios que irão colocar a referida Escola num “gueto” esperando alguma explicação para o assunto.-----

--- Perguntou sobre o ponto da situação da ETAR do Vale de Santarém.-----

--- Considerou que, na sua opinião, o destino a dar ao Campo Emílio Infante da Câmara tem a ver com futura utilização da Casa do Campino pela Região de Turismo do Ribatejo, com os projectos e as soluções para o referido Campo e com as transferências que vão sendo feitas para aquele espaço.-----

--- Referiu a actividade do Gabinete de Candidatura de Santarém a Património Mundial, solicitando esclarecimento sobre um Seminário realizado em Moncorvo.-----

--- A seguir usou da palavra o Senhor **ANTÓNIO CAMPOS** congratulando-se com a presença do Senhor Presidente da Câmara, já recuperado, após alguns dias de doença que a todos preocupou. -----

--- Referiu-se ao Festival de Gastronomia lamentando que só agora as contas deste Certame tenham sido distribuídas. -----

--- Lamentou que não tenha sido convidado para participar numa reunião promovida pelo Executivo Camarário acerca do Campo Emílio Infante da Câmara. -----

--- Perguntou se a sondagem efectuada sobre a intenção de voto no concelho de Santarém foi financiada pela Autarquia ou se o foi pelo Partido Socialista, discordando dos resultados obtidos nessa sondagem. -----

--- Referiu que o PSD concorda com a estratégia do Presidente de Junta de Freguesia de Casével relativamente ao aterro sanitário. -----

--- Estranhou que as etiquetas enviadas pelo PS, nos cartões de Boas Festas sejam iguais às da Assembleia Municipal, dando a entender que essas etiquetas tinham sido abusivamente utilizadas pelo PS.-----

--- Falou dos Vinte Anos do Poder Local Democrático e lamentou que o Executivo se tenha esquecido dos Autarcas no activo e dos representantes dos partidos.-----

--- Questionou sobre a situação das novas piscinas, nomeadamente se já existe algum plano de pormenor para o Complexo Desportivo. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** esclareceu que em relação ao Campo Emílio Infante da Câmara foi acordado, na última Sessão da Assembleia, que se iria

realizar uma reunião extraordinária para debater esta questão. -----

--- Quanto à sondagem referiu que a Assembleia não teve qualquer intervenção na mesma.-----

--- Relativamente aos cartões de boas festas e às etiquetas esclareceu que a Mesa não tem conhecimento de qualquer utilização partidária dos Serviços Administrativos da Assembleia.-----

--- Interveio depois o senhor **CARLOS MARQUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira, questionando se existe alguma Comissão de saúde nesta Assembleia, alertando que o Centro de Saúde inaugurado há dias, na sua freguesia, se encontra encerrado por falta de médico. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu que efectivamente não existe nenhuma Comissão de Saúde, podendo, no entanto, ser constituída sob proposta de qualquer membro.-----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **RICARDO COSTA**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente de Paúl, que agradeceu aos Bombeiros Voluntários de Pernes a sua colaboração, mais uma vez prestada à povoação de Reguengo do Alviela, durante as cheias.-----

--- Depois interveio o Senhor **CARLOS PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, esclarecendo que as etiquetas utilizadas nos cartões de Boas Festas enviados são do Partido Socialista e nada têm a ver com a Assembleia Municipal, mas sim com o tipo de letra ser semelhante ou igual em muitos computadores.

Mostrou depois dois sobrescrito endereçados ao Senhor Zeferino Silva cujas etiquetas, com letras iguais às da Assembleia Municipal tinham sido remetidos um pelo PS, com as Boas Festas, mas com o nome trocado e outro com a convocatória da A. M. com o nome correcto. Se as etiquetas da Assembleia Municipal fossem abusivamente utilizadas pelo PS logo o nome do Senhor Zeferino Silva também havia de aparecer com o nome trocado. -----

--- Referiu que quanto ao abastecimento de água, as contas foram feitas com base naquilo que já está concluído, salientando que apesar de não estarem na cauda do processo é uma matéria que não deixará de o preocupar.-----

--- Seguidamente tomou a palavra o Senhor **VÍTOR PRATA LEAL** sublinhando as palavras do seu colega de bancada Carlos Palmeiro relativamente às etiquetas. -----

--- Interveio ainda o Senhor **CARLOS ABREU** referindo que estranha as preocupações do Senhor António Duarte relativamente aos prejuízos causados pelo Festival de Gastronomia ao comércio tradicional.-----

--- Quanto às contas do Certame disse que estas são do conhecimento público e são elaboradas por um gabinete externo à Câmara Municipal de Santarém e à Região de Turismo do Ribatejo, adiantando que as contas do corrente ano estarão disponíveis a partir da primeira semana de Janeiro.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu que está esclarecido o caso das etiquetas e que enquanto Presidente da Assembleia não haverá faltas de clareza. -----

--- Interveio novamente o Senhor **ANTÓNIO CAMPOS** considerando que no seu



entender, as etiquetas são iguais às utilizadas pela Assembleia.-----

--- Quanto às contas do Festival de Gastronomia referiu que não põe em questão as referidas contas, salientando que aquilo que o PSD pretende é participar nas questões. ---

--- A seguir interveio o Senhor **EUGÉNIO PISCO** considerando que relativamente às etiquetas não se pode concluir aquilo que é difícil de concluir, adiantando que também ele próprio recebeu as boas festas e no entanto o Partido Comunista, que não é membro desta Assembleia Municipal, também recebeu do PS as Boas Festas, mas com etiqueta manuscrita.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** saudou o regresso do Senhor Presidente da Câmara, bem como a presença do Senhor Vereador Jaime Carvalho, dando de seguida a palavra ao Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que começou por agradecer as palavras proferidas pelo Senhor António Duarte sobre os esclarecimentos prestados pelo seu substituto legal, Vereador Botas Castanho, na última Sessão -----

--- Prestou esclarecimentos acerca do trânsito e do estacionamento no Centro Histórico, adiantando estar a ser estudada toda a situação. -----

--- Quanto ao estado das estradas municipais disse estarem previstas algumas intervenções, salientando a limpeza das valetas que, como se sabe, são a saúde das vias de comunicação.-----

--- Relativamente à Rua “O” referiu existirem três situações: -----

--- A primeira diz respeito às condutas do Castelo de Bode, sobre as quais teve de ser a Câmara a intervir quando deveria ser uma intervenção à escala nacional;-----

--- Em segundo lugar disse ter a Câmara de intervir em terrenos da estrutura militar e, como se sabe, esta Instituição têm códigos rígidos de procedimentos, quanto à titularidade dos bens do Estado, que são sempre muito difíceis de desafectar. -----

--- Em terceiro lugar lembrou que, em Abril de mil novecentos e noventa e três, houve um despacho da Secretaria de Estado das Obras Públicas que previa a afectação de uma verba de quatrocentos e cinquenta mil contos para a CMS. Surpreendentemente esse despacho só chegou aos Serviços Camarários oito dias depois das eleições autárquicas desse mesmo ano. -----

--- Recordou que o Governo considera a rua “O” uma obra de índole nacional porque liga a auto-estrada à futura ponte sobre o Tejo e adiantou que neste momento as responsabilidades da Câmara concentram-se na ligação da EN trezentos e sessenta e cinco com a própria rua “O” num processo record. -----

--- Referiu que a rotunda do Sacapeito irá ser concretizada disciplinando o trânsito naquela área. -----

--- Prestou esclarecimentos sobre o Reguengo do Alviela, adiantando que a elevação da cota da Estrada mil trezentos e quarenta e três será concretizada, adiantando que o isolamento do Reguengo do Alviela é proveniente da submersão da Estrada trezentos e sessenta e cinco que é da responsabilidade da JAE. -----

--- Relativamente à construção dos edifícios no Campo dos Leões referiu que esta obra foi aprovada em nove de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e dois pelo Executivo Camarário, com o PS em minoria, nessa reunião de Câmara. Lembrou que em mil

novecentos e noventa, enquanto Vereador, foi designado, por unanimidade, para fazer uma permuta. Depois de sucessivas reuniões apresentou o trabalho, não conseguindo a Câmara encontrar solução para a permuta em causa. -----

--- Mais reuniões se fizeram até que se encontraram soluções referindo que a própria Escola foi consultada, em mil novecentos e noventa e quatro, para o efeito, sublinhando que alvarás com eficácia jurídica são títulos constitutivos de direitos definitivos, adiantando no entanto que a Câmara estará sempre disponível para encontrar alternativas se as partes envolvidas mudarem de posição. -----

--- No tocante à ETAR do Vale de Santarém disse estar o problema a ser acompanhado pelos Serviços Técnicos com uma periodicidade muito estrita. -----

--- No que concerne à Casa do Campino esclareceu que, esta, é para ficar como emblema das tradições ribatejanas. Adiantou que, por sua iniciativa, promoveu uma reunião sobre o Campo Emílio Infante da Câmara, tendo solicitado aos Serviços da Câmara um exaustivo relatório sobre o que está a ser feito neste espaço. -----

--- Referiu que a Candidatura de Santarém a Património Mundial é credível e nota-se pelos seus patrocinadores. -----

--- Quanto ao Festival de Gastronomia disse ter mantido contactos com o Dr. Carlos Abreu, no sentido de garantir meios de sucesso, considerando que o Certame, no próximo ano, poderá ser o melhor de sempre, sublinhando que a grandeza do Festival passará por cima de todas as polémicas que o queiram denegrir. -----

--- Questionou o Senhor António Campos acerca de uma entrevista dada sobre a possível

ida do aterro sanitário para Casével.-----

--- Concluiu, referindo que à semelhança do que já aconteceu noutros locais, espera ver resolvido o problema da falta de médico no Centro de Saúde de Vale de Figueira. -----

--- Seguidamente o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou da chegada à Mesa, de duas propostas, solicitando ao Senhor Primeiro Secretário para as ler. -----

--- Pelo Grupo Parlamentar da CDU foi presente a seguinte Moção:-----

--- “Comemorou-se no passado dia doze de Dezembro o vigésimo Aniversário das primeiras eleições para os órgãos autárquicos (Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia) realizadas em liberdade depois do vinte e cinco de Abril. -----

--- São vinte anos de obra gigantesca em prol das populações, já antes iniciada pelas Comissões Administrativas que, em condições bem difíceis desenvolveram um importante trabalho associado a uma longa intervenção popular. -----

--- Ao longo dos vinte anos o Poder Local viu melhorado o seu estatuto legal e financeiro através de grandes lutas. Mas também foram constantes os ataques com vista a sobrecarregá-lo com encargos, asfixiá-lo financeiramente e estrangular a sua autonomia.

--- Neste percurso houve batalhas ganhas e batalhas perdidas, tendo-se conseguido manter o fundamental do Poder Local Democrático. Novas lutas já estão em curso ou em perspectiva, em matérias como a regionalização, o estatuto das autarquias, a partilha dos recursos públicos entre a Administração Central e Local e o regime das finanças locais, a exigir unidade e firmeza para a defesa, reforço e autonomia do Poder Local.-----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida a vinte sete de Dezembro de 1996 delibera: -----

--- 1- Saudar todos os eleitos autárquicos que ao longo destes vinte anos, e já antes nas Comissões Administrativas, tudo fizeram, em condições muitas vezes adversas, para a resolução dos problemas das populações e pela defesa e dignificação do Poder Local como conquista do vinte e cinco de Abril;-----

--- 2- Reclamar a urgente concretização do último pilar do Poder Local, as Regiões Administrativas, com órgãos próprios e democraticamente eleitos - consagradas na Constituição da República Portuguesa desde mil novecentos e noventa e sete;-----

--- 3- Reclamar critérios justos e transparentes no financiamento das autarquias e o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, quer quanto ao montante a transferir como Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), quer no que respeita à compensação por isenção de impostos que são receita municipal;-----

--- Considerar que do anunciado processo de revisão da Lei de Finanças Locais, a realizar no quadro da AR, em estreita ligação com a ANMP e após ampla auscultação dos órgãos do poder local, resulte um texto que considere as legítimas aspirações das autarquias do reforço efectivo da sua capacidade financeira e de uma mais justa e equilibrada repartição dos recursos do Estado”. -----

--- Submetida a Moção a votação foi deliberado, **aprovar por maioria, com trinta e três votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção.** -----

--- Pelo Grupo Parlamentar do PS foi presente a seguinte Proposta de Recomendação:---

--- “Hoje em dia, na Sociedade Portuguesa, é inquestionável o dever, moral e humano, de prestar solidariedade e apoio à luta pela autodeterminação do povo irmão de Timor-Leste.-----

--- Não devemos hesitar em manter a chama desta causa viva e sempre na nossa razão e no nosso coração. Tudo o que estiver ao nosso alcance deve ser feito!-----

--- Assim sendo, a Juventude Socialista, através da sua representação no Grupo do PS na Assembleia Municipal de Santarém, propõe:-----

--- 1. Colocação em cada uma das vinte e oito freguesias do Concelho de Santarém uma referência toponímica a Timor-Leste e aos laureados pelo Prémio Nobel da Paz de noventa e seis; -----

--- 2. Aquando da construção do Monumento ao Vinte e Cinco de Abril, enquadrar uma placa à luta do Povo Maubere”.-----

--- Submetida a Proposta de Recomendação a votação foi deliberado, **por unanimidade, aprovar.**-----

--- Encerrado o Período de “Antes da Ordem do Dia” o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**-----

--- **PONTO UM - SEGUNDA REVISÃO ORÇAMENTAL DA C.M.S.**-----

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos

e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Dada a inexistência de intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **SEGUNDA REVISÃO ORÇAMENTAL DA C.M.S.**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um, de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, zero votos contra e doze abstenções**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO UM**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**. -----

--- Pelo Senhor **CARLOS MARQUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira, foi presente a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “A minha abstenção foi no sentido do documento em causa ter a ver com a minha votação contra, aquando das verbas atribuídas para fazer face às intempéries. Estou de acordo com a parte técnica da proposta, mas no que me diz respeito (Estrada do Campo) não estou, porque este documento contempla as verbas acima referidas e nele não está mencionada a Estrada do Campo”. -----

**--- PONTO DOIS - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA C.M.S. E S.M.S. PARA O ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE -----**

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Interveio o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** fazendo a apresentação da proposta, considerando que esta é um elemento de força de charneira na orientação e na utilização dos recursos da Autarquia.-----

--- Lamentou o não cumprimento do Governo relativamente ao aumento do FEF depois das expectativas criadas. -----

--- Salientou que a transferência de verbas para as freguesias são muito superiores àquilo que a Lei estipula, considerando que quem votar contra este orçamento estará contra o aumento das transferências para as freguesias.-----

--- Concluiu, referindo as prioridades do Executivo Camarário, relativamente às obras a efectuar pelo Município. -----

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor **EUGÉNIO PISCO** referindo que ao intervir nesta matéria fica com a impressão de que está a analisar um documento que nada tem a ver com aquele que o Senhor Presidente da Câmara retratou na sua apresentação.-----

--- Considerou que as Autarquias ao trabalharem para cumprir determinados objectivos



estão apenas a satisfazer aquilo para o qual existem. -----

--- Afirmou que não está aqui só para apreciar se esta ou aquela obra foi efectuada, mas também para analisar critérios e opções.-----

--- Referiu que qualquer posição em relação à votação da proposta é legítima, sem que isso se traduza em qualquer apreciação negativa daquilo que está em apreciação. -----

--- Saliu a verba para contratos de programa foi a que mais aumentou e lamentou que na verba de duzentos mil contos para a rede viária das freguesias rurais não esteja definida a importância que cada Junta de Freguesia pode contar, referindo que a Assembleia, nestes termos, não poderá exercer o seu controlo democrático.-----

--- Prosseguiu, referindo-se aos subsídios atribuídos pelo Executivo e concluiu, questionando que conclusão pode ser dada ao Largo do Choupal e onde se insere a obra.

--- Depois interveio o Senhor **BASÍLIO OLEIRO**, Presidente da Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças, referindo que à semelhança dos seus colegas não sabe qual o montante da verba destinada à sua freguesia, bem como a verba para apoio à construção da nova Sede da Junta de Freguesia. -----

--- Disse ainda que a sua freguesia está cada vez mais isolada, sublinhando que há cerca de quatro anos que aguarda que sejam colocadas placas de identificação do Arneiro das Milhariças. -----

--- Interveio a seguir o Senhor **FIRMINO OLIVEIRA**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, referindo que ao nível da rede viária a sua freguesia não recebeu qualquer beneficiação, manifestando a sua preocupação relativamente à Junta de Vaqueiros não

vir contemplada no Plano de Actividades. -----

--- Seguidamente, no uso da palavra, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou sobre a situação das obras das barreiras de Santa Margarida, bem como o que está previsto em relação ao Campo Emílio Infante da Câmara.-----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **CARLOS PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, considerando que o Plano de Actividades dos SMS espelha a intenção destes Serviços em servir o abastecimento de água a todo o Concelho.-----

--- Relativamente ao Plano de Actividade da CMS referiu que não o preocupa a não definição das verbas a transferir para as freguesias.-----

--- Referiu a política da Câmara quer em relação ao ambiente quer em relação ao desporto e lazer. -----

--- Salientou que o encerramento do Projecto de Candidatura Santarém a Património Mundial será um marco histórico, porque ele será o ponto de viragem deste concelho. ---

--- Saudou o Município pela descentralização que tem vindo a ser efectuada, bem como pela formação dos funcionários e concluiu, referindo que o PS votará favoravelmente a proposta por considerar ambos os Planos realistas para o desenvolvimento do concelho. -

--- A seguir tomou a palavra o Senhor **ALEXANDRE PITA SOARES** referindo que a verba inscrita no Plano, para apoio à acção social, é mais reduzida do que a que consta no resumo das despesas segundo a classificação funcional. -----

--- Considerou que a verba inscrita para apoio à construção de Centros dia é insuficiente,

salientando que, na sua opinião, este Plano não tem razão nem tem coração. -----

--- Usou depois da palavra o Senhor **JOSÉ MARCELINO** congratulando-se com os cem por cento no abastecimento de água à população, no concelho de Santarém, salientando a necessidade de remodelar as já antigas canalizações de distribuição de água. -----

--- Referiu que contrariamente àquilo que vem inscrito no Orçamento, no seu entender, existe um empolamento das receitas, salientando as receitas correntes e de capital fazendo um comparativo em relação ao ano passado.-----

--- Questionou acerca de um financiamento, para a rede viária, que foi adjudicado à Caixa Geral de Depósitos, considerando existir uma gralha porque se vai pagar mais do que aquilo que se deve.-----

--- Concluiu, solicitando esclarecimentos relativamente aos Serviços Municipalizados dado não estar prevista a aplicação dos lucros. -----

--- Interveio depois o Senhor **JOAQUIM SERRÃO** considerando que o Executivo conseguiu o Orçamento ideal para o ano de mil novecentos e noventa e sete, tendo em vista as eleições que se avizinham. -----

--- Referiu que este orçamento, na opinião do PSD, revela a falta de coerência dos Orçamentos dos últimos anos.-----

--- Falou da suave crítica do Senhor Presidente da Câmara ao Governo, pela falta de cumprimento do aumento do FEF. Lamentou que as transferências para as freguesias, por parte da Câmara, não estejam definidas, o que tornaria a proposta muito mais

transparente.-----

--- Prosseguiu, referindo que o PSD não está contra o desenvolvimento do concelho e concluiu, sublinhando que o votar contra este orçamento não é estar contra a cidade, pessoas ou instituições, mas sim contra a estratégia das verbas que são efectivamente eleitoralistas.-----

--- A seguir interveio o Senhor **ZEFERINO SILVA** referindo que, na óptica do PS, está-se sempre em campanha eleitoral, salientando as obras que já se encontram concluídas.-----

--- Perguntou se o Pavilhão, referido no documento, é junto do actual, bem como acerca da futura utilização do edifício do antigo do Matadouro.-----

--- Sugeriu que fossem criadas outras condições, junto da Casa Mortuária, e que fosse construído um novo edifício para que as pessoas possam velar os corpos dos seus entes queridos em melhores condições.-----

--- Prosseguiu referindo algumas obras já iniciadas ou em fase de conclusão, considerando necessário e importante que se vão fazendo obras.-----

--- Congratulou-se com a conclusão do abastecimento de água à freguesia de Alcanede e concluiu, questionando o que é que está a ser feito ao nível dos transportes públicos na cidade.-----

--- Por último interveio o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** congratulando-se com o elevado nível das intervenções proferidas, e começando por esclarecer que a verba proveniente da derrama se destina a todas as freguesias, discordando da existência de

- falta de controlo democrático.-----
- Referiu que é mais correcto discriminar apenas os investimentos, que já têm contrato, do que estar a integrar obras que não têm contratos realizados. -----
- Prestou esclarecimentos acerca das obras do Largo do Choupal. Referiu que relativamente ao subsídio, para construção da nova Sede de Junta do Arneiro das Milhariças a Câmara contribuirá com o triplo da verba dada pelo Estado.-----
- Quanto às barreiras de Santa Margarida disse que foram efectuadas obras para o escoamento das águas, onde a Câmara investiu largos milhares de contos, numa obra que é da responsabilidade da Administração Central, devendo agora o Município ser reembolsado dos gastos ali dispendidos.-----
- No que concerne ao Campo Emílio Infante da Câmara adiantou que a CCR está na disposição de assegurar o respectivo Plano de Pormenor dada a grandeza e envergadura daquele empreendimento.-----
- Concordou que, efectivamente, existe um engano de contas no mapa, e esclareceu que em relação aos Gabinetes, os mesmos derivam da nova Estrutura Orgânica da Câmara. --
- No tocante ao FEF considerou que os Governos, sejam eles quais forem, devem cumprir a Lei das Finanças Locais.-----
- Referiu que o Pavilhão Gimnodesportivo é para se fazer, apesar de ter havido uma recusa do primeiro visto por parte do Tribunal de Contas.-----
- Quanto ao antigo Matadouro, a Câmara está associada com algumas Instituições de Solidariedade Social, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia e a Diocese para fazer

um grande Centro de Acolhimento para a Juventude.-----

---Em relação ao subsídio para a recuperação de habitações adiantou que o mesmo se destina aos projectos já aprovados e designadamente à melhoria das condições de habitabilidade das residências académicas.-----

---Prestou esclarecimentos sobre o abastecimento de água, e prosseguiu, referindo que relativamente aos transportes públicos na cidade, existem contactos com uma empresa, adiantando que, em todo o caso, o serviço terá de ser objecto de um alargado debate público.-----

---Concluiu, referindo que se irá melhorar o trajecto turístico religioso da Rua Miguel Bombarda, bem como o alargamento da morgue, junto ao Cemitério dos Capuchos, incluindo uma cobertura betuminosa do Largo dos Capuchos.-----

---Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação as propostas relativas ao **PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA C.M.S E S.M.S. PARA O ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um, de vinte sete de Julho, tendo ambas sido **aprovadas por maioria, com trinta votos a favor, quatro votos contra e sete abstenções, e com trinta votos a favor, zero votos contra e onze abstenções**, respectivamente.-----

---Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do

artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO DOIS**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**.-----

--- Pelo Senhor **EUGÉNIO PISCO** foi presente a seguinte **Declarações de Voto**:-----

--- “Na expectativa de vermos concretizados alguns objectivos e satisfeitas algumas legítimas, velhas e naturais aspirações das populações, não votámos contra.-----

--- A CDU no entanto não se revê neste Plano de Actividades e Orçamento e discorda deles em aspectos essenciais.-----

--- Para obter o nosso acordo teria de ser elaborado à luz de políticas completamente diferentes e que apontassem para:-----

--- Desenvolvimento económico e social com criação de emprego;-----

--- Qualidade de vida e ambiental com preocupações pelo bem estar e segurança dos cidadãos;-----

--- O estancar da desertificação rural.-----

--- Daqui a nossa abstenção.-----

--- Seremos no entanto intransigentes na fiscalização e acompanhamento da sua execução”.-----

--- A seguir foi presente pelo Senhor **VICENTE BATALHA** a seguinte **Declaração de Voto**:-----

--- “O Plano e Orçamento da CMS para mil novecentos e noventa e sete são documentos cor de rosa, repletos de expectativas e de reforço de antigas promessas, acompanhadas de intenções, obviamente bem intencionadas. Queremos acreditar na sua concretização.-----

--- Estamos perante dois concelhos: um, rosa, de intenções e “realizações realizadas”, e outro, ao contrário, mais carregado e negro, ou, mais cinzento, focalizado nas grandes necessidades e carências, na real realidade das dificuldades, quase omitidas e ignoradas, que atravessam o concelho, mas se vivem mesmo, na cidade e nas freguesias rurais. Onde, em que bissectriz, se encontra o tal CONCELHO REAL!?!? -----

--- Na introdução, até parece que as freguesias vivem no melhor dos mundos, com competências e meios, com resposta às suas solicitações, no campo dos equipamentos e das infra-estruturas básicas. Não é bem assim, ou melhor, não é assim. -----

--- Porque, nunca dizemos mal por dizer, reconhecemos o esforço efectuado, nas transferências financeiras, e no seu pagamento a tempo e horas, e que é positivo o balanço da delegação de competências. Mas, falta um longo caminho para percorrer, ficando aquém do que de melhor se faz noutros concelhos, pioneiros na descentralização.

--- O nosso concelho, no seu mundo rural, continua a desertificar-se, as pessoas necessitam de estímulos, apoios, qualidade de vida, e as autarquias freguesia vão-se transformando ainda mais, em pólo dinamizador e de influência estratégica, que ainda não têm condições para ser. -----

--- A Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, para nós essencial, para a criação de riqueza e de emprego, continua a ser uma incógnita, ainda, nesta altura e final de



mandato.-----

--- A Política de Equipamentos e de Valorização da Rede Viária, não se apresentam definidas (excepção para a E.M. quinhentos e oitenta e três/Chã de Baixo, desde há três anos consagrada, finalmente em fase de execução), desconhecendo-se se privilegia a Freguesia de Pernes, no contexto da harmonia e equilíbrio do concelho. -----

--- Queremos acreditar que seremos contemplados à medida da nossa importância, grandes necessidades, e da qualidade de vida da nossa População, único objectivo do nosso trabalho autárquico. -----

--- Sabe a pouco, queríamos mais.-----

--- Benefício da dúvida à Câmara, a nossa abstenção!-----

--- Foi também presente pelo Senhor **FIRMINO OLIVEIRA** a seguinte **Declaração de Voto:**-----

--- “A minha abstenção deve-se aos seguintes motivos:-----

--- Primeiro – Após sete anos como Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, constato, infelizmente, mais uma vez, a falta de coragem da Câmara Municipal para a não inclusão e especificação no documento mais importante que regula o seu funcionamento para mil novecentos e noventa e sete, de obra que garanta o mínimo de dignidade às vias de comunicação e arruamentos no lugar, sede de Freguesia de Vaqueiros.-----

--- Responsabilizo deste modo o Executivo Municipal, por esta omissão que provoca elevados prejuízos materiais á população e utentes destas vias, levando a desvalorização

e impedimento claro do desenvolvimento de Vaqueiros. -----

--- Segundo – Também quanto ao aumento de meios financeiros, lamento não poder ser mais optimista uma vez que deduzindo as verbas para acções específicas como por ex: no sector do lixo ficamos com cerca de trezentos contos que na prática serão facilmente absorvidos com a manutenção da Escola cuja verba, recebida actualmente para pagamento, à empregada de limpeza ronda apenas seis contos por mês e cinco contos por ano para despesas com material escolar. -----

--- Se tudo isto não é discriminação, nem falta de vontade política, como o Senhor Presidente tem afirmado, custa-me acreditar que seja um acto de negligência”. -----

--- Por último pelo Senhor **CARLOS PALMEIRO CARVALHO** foi presente a seguinte **Declaração de Voto**: -----

--- “Votei favoravelmente, os Planos e Orçamentos da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, de consciência tranquila, porque não ouvi nesta Assembleia qualquer discordância fundamentada, pela alternativa à estratégia destes documentos, mas, tão somente, a insuficiência de meios financeiros disponibilizados para o Poder Local. Injustiça contra a qual também me insurjo veementemente”. -----

--- **PONTO TRÊS - PROJECTO MUNICIPAL SANTARÉM A PATRIMÓNIO MUNDIAL - APRESENTAÇÃO DE “DOSSIERS” DESCRITIVOS DO PATRIMÓNIO SUJEITO A CLASSIFICAÇÃO PELO I.P.P.A.R.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte Proposta: -----

--- “Em sequência do deliberado na reunião camarária de oito de Julho último, cumpre-

me informar V. Ex<sup>a</sup>. que os “dossiers” em epígrafe, remetidos a essa Assembleia Municipal dividem-se em dois tipos de classificação. -----

--- Assim, considerando a necessidade de conclusão processual, por parte do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, do património em vias de classificação propõe-se a aprovação, por parte dessa Assembleia Municipal, das propostas de classificação dos imóveis de valor concelhio constantes da acta da referida reunião camarária de que, oportunamente, se remeteu fotocópia, nos termos do artigo nono da Lei número treze/oitenta e cinco, de seis de Julho e Lei número dois mil e trinta e dois, de onze de Junho de mil novecentos e quarenta e nove”. -----

--- Interveio o Senhor **VÍTOR PRATA LEAL** manifestando a sua concordância com a proposta, salientando que após a ter analisado ficou a conhecer mais e melhor o concelho, pelo que votará favoravelmente a proposta. -----

--- A seguir usou da palavra o Senhor **EUGÉNIO PISCO** referindo que, à partida, concorda com a proposta, considerando, no entanto, existirem algumas dúvidas quanto ao critério para a classificação do património. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia para que o técnico –Director de Projecto da Candidatura de Santarém a Património Mundial– interviesse no sentido de explicar ao Plenário, todos os passos relativos à classificação de imóveis. -----

--- Obtida a autorização interveio o Senhor **JORGE CUSTÓDIO** esclarecendo que o Gabinete de Candidatura ao longo dos quatro anos efectuou um conjunto de propostas de

classificação do estudo do património classificado. -----

--- Relativamente aos critérios esclareceu que para a classificação de um valor concelhio estes se baseiam na legislação e dependem da caracterização, identificação e inventário, podendo servir de proposta os valores já inventariados. -----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a proposta relativa ao **PROJECTO MUNICIPAL SANTARÉM A PATRIMÓNIO MUNDIAL - APRESENTAÇÃO DE “DOSSIERS” DESCRITIVOS DO PATRIMÓNIO SUJEITO A CLASSIFICAÇÃO PELO I.P.P.A.R.**, nos termos do número um, do artigo vinte e seis, da Lei treze/oitenta e cinco, de seis de Julho, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- No uso da palavra o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** congratulou-se com a aprovação da Proposta, considerando que é importante que a Câmara divulgue junto das pessoas os objectivos da candidatura. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um, de vinte sete de Julho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO TRÊS**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**. -----

Dado o adiantado da hora o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu os trabalhos e de acordo com a competência que lhe confere o artigo dezasseis do

Regimento, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**, o qual não se concretizou por ausência de intervenientes.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** lembrou que os Senhores Membros irão ser convocados brevemente para a continuação desta Sessão. -----

--- Era uma hora e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e nove, quando o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu os trabalhos.-----

-----  
--- Aos dezassete dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e sete, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre da Assembleia Distrital, nesta cidade, em continuação da Sessão Ordinária de Dezembro, realizada no dia vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e noventa e seis, com a restante **ORDEM DE TRABALHOS**:-----

--- **1.-ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O IGAPHE E INH PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÕES DE CUSTO CONTROLADO;** -----

--- **2.-REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE SANTARÉM;** -----

--- **3 -ADESÃO DA C.M.S. AO INSTITUTO DE ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA.** -----

--- O Senhor **PRIMEIRO SECRETÁRIO**, ordenou que se procedesse à chamada,

tendo-se verificado as seguintes ausências:-----

--- **Faltas justificadas:**-----

--- **FERNANDO SOARES NICOLA.**-----

--- **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS.**-----

--- **JOAQUIM ALBERTO PEREIRA SERRÃO.**-----

--- **EZEQUIEL AZINHEIRA LOURO.**-----

--- **BONIFÁCIO CORDEIRO TORRE.**-----

--- **ISIDRO MENA ESTEVES.**-----

--- **JOAQUIM MANUEL BARREIROS MATEIRO.**-----

--- **LUÍS MANUEL GRAÇA BATISTA**-----

--- **CARLOS ALBERTO NARCISO MARQUES.**-----

--- O Senhor **PRIMEIRO SECRETÁRIO** informou que deu início à Sessão, em virtude do Senhor Presidente da Assembleia chegar um pouco mais tarde, por se encontrar na tomada de posse dos Órgãos Sociais do Nersant, com o Senhor Presidente da Câmara, estando também presente nesta Sessão o substituto legal do Senhor Presidente da Câmara – o Senhor Vereador Botas Castanho.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA em exercício**, convidou mais tarde para **Primeiro Secretário** o Senhor Vítor Prata Leal, em virtude do Senhor Presidente da Assembleia se ter demorado um pouco mais e porque o Senhor Pedro Veloso chamou a atenção por a Mesa estar incompleta.-----

--- Seguidamente tomou posse o Senhor **EMÍDIO GARCIA** em substituição do Senhor

Carlos Ferreira, da bancada do PS, que solicitou a renúncia do seu mandato.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA em exercício**, informou que foi corrigido o texto da acta número vinte e um/noventa e seis, na intervenção do Senhor Vicente Batalha. Solicitou que na acta número treze/noventa e cinco, no ponto em que foi discutida a Adesão à Associação de Municípios de CISTER, fosse introduzida uma pequena rectificação, a pedido da Câmara, ou seja, que fosse acrescentado, logo a seguir à aprovação por unanimidade a seguinte expressão: “bem como os respectivos estatutos”. Não tendo havido qualquer contestação considerou-se a acta alterada com aquele pequeno novo texto. -----

--- Informou que hoje como se trata de uma continuação de Sessão, não haverá lugar ao período de “Antes da Ordem do Dia”, dando-se início à discussão da restante Ordem de Trabalhos: -----

--- **PONTO UM - ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O IGAPHE E INH PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÕES DE CUSTO CONTROLADO.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Nos termos da alínea i), do número dois, do artigo número trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho, submeto a autorização dessa Assembleia Municipal o acordo de colaboração desta Câmara com o IGAPHE e INH para a aquisição de habitações de custo controlado”. -----

--- Interveio o Senhor **JOSÉ MARCELINO**, referindo que a CDU concorda com o

acordo e congratulou-se pelo facto das Autarquias poderem resolver os problemas habitacionais dos seus munícipes.-----

--- Referiu-se aos custos das habitações, salientando que as referidas habitações serão vendidas com um acréscimo de mais quarenta por cento em relação ao valor da sua comercialização.-----

--- Considerou que, no seu entender, seria menos dispendiosa a manutenção dos prédios, para o Município, se as habitações na sua maioria fossem vendidas, de modo a responsabilizar as pessoas que venham a beneficiar destas habitações. -----

--- A seguir interveio o Senhor **RUI PEDRO CALDEIRA** referindo que no início fez parte da Habijovem, perguntando se em relação à referida Habijovem não se poderá ir buscar algo através do IGAPHE.-----

--- Lembrou a constituição da Habijovem, salientando alguns apoios que teve, mas que depois o empreiteiro veio a falir e a situação complicou-se, questionando qual o ponto da situação em relação a esta Cooperativa.-----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **FIRMINO OLIVEIRA**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, salientando que a Habijovem recebeu setecentos contos de sete famílias de Vaqueiros para a construção de habitações, perguntando se neste acordo não existe a referida verba para que, a Habijovem, possa pagar a dívida a estas sete famílias.

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor **CARLOS PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, referindo que o PS não foi padrinho da Habijovem, considerando que o mais importante é o alojamento de mais treze famílias,



daí a concordância com a proposta.-----

--- Depois interveio o Senhor **VICENTE BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, sublinhando a importância do protocolo e perguntando se se irá assistir a nova política de habitação por parte do Executivo e se o processo também será extensivo às freguesias rurais. -----

--- Lembrou que Pernes já têm um projecto elaborado e concluiu questionando quais os procedimentos da Autarquia, relativamente às habitações degradadas. -----

--- Interveio a Seguir o Senhor **LEONEL MARTINHO DO ROSÁRIO** considerando que foram dadas todas as vantagens e facilidades aos jovens, embora contra eles nada tenha, mas pergunta se não será possível estabelecer um acordo no sentido de dar utilidade às construções da Habijovem em S. Domingos. -----

--- A Seguir usou da palavra o Senhor **ZEFERINO SILVA** referindo que a Câmara deu todo o apoio à Habijovem, nomeadamente a cedência de terrenos e ao nível das infra-estruturas, mas depois verificou-se que os preços das habitações eram iguais aos praticados pelos empreiteiros. -----

--- Perguntou se os candidatos a estes fogos não serão nenhuns dos que adquiriram casa em Vale de Estacas, e perguntou também à Câmara para quando está a prever arranjar o espaço exterior do Bairro de Vale de Estacas. -----

--- Interveio a seguir novamente o Senhor **RUI PEDRO CALDEIRA** falando da Habijovem, salientando que algo correu mal, mas que bem ou mal foram construídos noventa e oito fogos, considerando que é necessário haver coerência para resolver a

situação. -----

---Depois interveio o senhor **PEDRO VELOSO** considerando que não se pode generalizar o problema da Habijovem, salientando que é importante que se faça justiça à Juventude de Santarém. -----

--- Quanto às facilidades lembrou que já foram aqui aprovadas cedências a gente de muito mais idade.-----

--- Seguidamente interveio Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO, Vereador Botas Castanho** congratulando-se com a celebração deste acordo e esclarecendo que as habitações ao serem adquiridas pela Câmara, não quer dizer que as rendas não possam ser resolúveis convertendo a favor dos próprios inquilinos. -----

--- Referiu que se está a tratar de um processo concreto que nada tem a ver com a Habijovem.-----

---Relativamente à atribuição dos fogos disse que existe um ficheiro actualizado, que será decisivo para a atribuição das casas e concluiu, referindo que foi já efectuado concurso para o arranjo exterior do bairro de Vale de Estacas.-----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA em exercício**, submeteu a votação a proposta, relativa ao **ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O IGAPHE E INH PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÕES DE CUSTO CONTROLADO**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo número trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho, tendo sido **aprovada**

**por unanimidade.** -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA em exercício** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO UM**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade.** -----

--- **PONTO DOIS - REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE SANTARÉM.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação Camarária de doze do corrente mês, na qual dá cumprimento aos princípios vertidos no Decreto-Lei nº quarenta e oito/noventa e seis de quinze de Maio e Portaria cento e cinquenta e três e cento e cinquenta e quatro, do mesmo dia, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia Municipal a aprovação do **Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Santarém**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo número trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho”.-----

--- Interveio o Senhor **ANTÓNIO ANTUNES DUARTE** referindo que hoje se irá

aprovar aquilo que já está aprovado. Em todo caso, como o diploma refere que se poderá pedir parecer às Juntas de Freguesia solicitou que as Associações Comerciais e os Sindicatos também fossem ouvidos. -----

--- Depois interveio o Senhor **JOSÉ RIBEIRO VALBOM**, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa da Isenta, questionando se os horários já estão em funcionamento. Considerou que os pareceres das Juntas deveriam ter outro carácter que não só o consultivo.-----

--- Referiu que não concorda com o alargamento dos horários que aqui vêm propostos, nomeadamente para cafés e cervejarias, perguntando quem é que faz a fiscalização porque, segundo informação que possui, no que concerne ao controlo do fecho dos estabelecimentos, esta deixou de pertencer à G.N.R., passando a pertencer aos Serviços de Fiscalização da Câmara de acordo com legislação que está para sair ou já saiu. -----

--- A seguir interveio o Senhor **PEDRO VELOSO** discordando daquilo que aqui foi dito porque, na sua opinião, não é fechando os estabelecimentos mais cedo que se vai acabar com os problemas, (droga, marginalização, etc.). Focou como exemplo o centro histórico da cidade de Santarém. Sempre foi defendida a tese de que, se os estabelecimentos fecharem cedo os jovens não se portam mal. No seu entender se houver movimento durante a noite, talvez haja um maior constrangimento. -----

--- Solicitou que a Câmara fizesse uso do artigo sexto do Regulamento na faculdade de alargamento dos horários, a fim de evitar que os jovens saiam para os concelhos vizinhos. Considera que os distúrbios não são um problema de horário mas sim de

educação, não se podendo penalizar as pessoas todas por causa de alguns desordeiros. ---

--- Referiu que as pessoas que querem o silêncio absoluto que vão para as aldeias, porque Santarém é uma cidade. -----

--- Tomou a seguir a palavra o Senhor **BASÍLIO OLEIRO**, Presidente da Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças, referindo que não tem nada contra o facto dos estabelecimentos estarem abertos até tarde, mas o grande problema é que, na província, se os estabelecimentos estão abertos até de madrugada, as pessoas que os frequentam, muito dificilmente podem trabalhar no dia seguinte.-----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **MARTINS LEITÃO** referindo que no artigo nono não são os estabelecimentos que devem participar mas sim os Proprietários destes, salientando a amplitude das Contra-Ordenações.-----

--- A partir deste momento a Mesa passou a ser constituída já com o Senhor Presidente da Assembleia.-----

--- Usou depois da palavra o Senhor **CARLOS PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, concordando com a proposta tendo em conta que o alargamento do horário de um determinado estabelecimento, na sua freguesia, veio evitar alguns problemas de distúrbios. -----

--- Referiu que os referidos alargamentos são facultativos, salientando que nos locais onde não existem estabelecimentos abertos até tarde também há barulho, concordando com o Senhor Pedro Veloso. -----

--- Depois Interveio novamente o Senhor **PEDRO VELOSO** perguntando ao membro

do PSD se também encerraria os liceus, porque há droga e se encerraria os cafés, à tarde e os clubes desportivos porque neles também se joga. -----

--- A seguir o Senhor **BASÍLIO OLEIRO**, Presidente da Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças, interveio novamente para esclarecer que não era isso o que pretendia dizer, sublinhando o que disse na sua anterior intervenção. -----

--- Depois retomou a palavra o Senhor **PEDRO VELOSO** referindo que não compreende como é que se afirma “e no dia seguinte como é que vão trabalhar”. -----

--- Interveio também o Senhor **JOAQUIM NETO**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo considerando que o problema não é os estabelecimentos estarem abertos até tarde, mas sim quando a estas horas os frequentadores desses bares vêm para a rua fazer barulho, salientando que, na sua opinião, se deveria diferenciar o funcionamento de determinados estabelecimentos entre os dias de semana e os fins de semana. -----

--- Tomou a seguir a palavra o Senhor **EUGÉNIO PISCO** solicitando que no artigo quarto fossem retiradas do texto as expressões “marítimos e aéreos”. -----

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor **ALFREDO LOBATO**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, dizendo compreender as preocupações dos seus colegas, salientando alguns problemas na sua freguesia. -----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **VICENTE BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, solicitando que fosse esclarecido acerca do artigo oitavo, designadamente se a inclusão de parecer das Associações Comerciais e Sindicais é proposta ou não. -----

--- Considerou que esta é uma matéria delicada, considerando que o Regulamento é muito generalista, porque não foca os problemas sociais, e como tal, não tem o enquadramento necessário. -----

--- Referiu que o problema da fiscalização terá de ser clarificado e concluiu solicitando à Câmara que tivesse em atenção as preocupações aqui manifestadas. -----

--- A Seguir interveio novamente o Senhor **ANTÓNIO DUARTE** referindo que o regulamento diz que a consulta às Juntas de Freguesia é apenas de carácter consultivo, mas em seu entender as Associações Comerciais e Sindicais deveriam ser também consultadas. -----

--- Interveio depois o Senhor **ZEFERINO SILVA** considerando ser importante dar condições à juventude de Santarém sendo necessário haver um planeamento para se saber determinar essas condições. -----

--- Referiu o problema de quem faz a fiscalização, salientando uma passagem sua por um café de uma freguesia de Santarém. -----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** referindo a oportuna intervenção do Senhor Eugénio Pisco, salientando que o documento irá ser testado obrigatoriamente, podendo ser melhorado se for caso disso. Aceitou substituir a expressão “marítimos por fluviais” no artigo quarto, bem como no artigo nono a frase dever iniciar-se com a expressão “Os proprietários dos estabelecimentos”. -----

--- Quanto à fiscalização esclareceu não constar que a mesma venha a passar para o Município. -----

--- Interveio pela segunda vez o Senhor **JOSÉ VALBOM**, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa da Isenta, referindo ter-lhe sido comunicado, por um alto responsável da GNR, que estava para sair legislação no sentido da responsabilidade da fiscalização, da abertura dos estabelecimentos, passar a ser da Câmara.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio novamente para responder que não existe qualquer legislação nesse sentido, afirmando que, a serem criadas essas transferências, deverem as mesmas ser feitas com base numa reforma profunda. -----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa ao **REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE SANTARÉM**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo número trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho, com as seguintes alterações:-----

“ ----- Artigo 4º-----

--- a) a palavra “marítimos” deve ser substituída por “fluviais”. -----

----- Artigo 9º-----

--- 1- a frase deve iniciar-se com “Os proprietários dos estabelecimentos...”-----”

tendo sido **aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor, zero votos contra e treze abstenções**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do



artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO DOIS**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**.-----

--- Pelo Senhor **JOAQUIM NETO**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, foi presente a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “Votei abstenção e não votei contra porque no Regulamento deveria haver distinção entre os dias de semana e os fins de semana. No entanto não votei contra porque o artigo nono prevê que, caso existam queixas dos munícipes, poderá haver alteração dos horários”.-----

--- A seguir foi presente pelo Senhor **ANTÓNIO ANTUNES DUARTE** a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “A minha abstenção é fundamentada naquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, e muito bem, que na verdade se houver alguma lei ou decreto que vá falar que a fiscalização passe para a Câmara, logicamente que os Municípios como todos outros quererão ser ouvidos. E neste Regulamento, eu entendo a mesma coisa. É que nós comerciantes também devíamos ser ouvidos”.-----

--- **PONTO TRÊS - ADESÃO DA C.M.S. AO INSTITUTO DE ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA**.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Tendo o **INSTITUTO DE ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA** por objectivos promover o estudo geral da arquitectura militar portuguesa, desenvolver todos

os esforços para recuperar, revitalizar, animar e integrar no ciclo activo da vida moderna, qualquer que seja a sua época de edificação, os monumentos militares, através da mais ampla protecção legal no âmbito nacional e internacional, coloco à consideração da Exm<sup>a</sup>. Assembleia Municipal a adesão da Câmara Municipal de Santarém àquele Instituto, de acordo com a alínea h), do artigo número trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, o que pressupõe o pagamento de uma quota anual de cinco mil escudos.”. -----

--- Interveio o Senhor **ALEXANDRE PITA SOARES**, referindo que o PSD nada tem contra esta adesão, considerando no entanto que, existe uma omissão grosseira que tem a ver com o Castelo de Alcanede. -----

--- A seguir usou da palavra o Senhor **EUGÉNIO PISCO** considerando que apesar de ser uma questão pacífica, tem no entanto o perigo desta adesão não corresponder aos objectivos para aquilo que se pretende, e concluiu referindo-se às obras do Cabaceiro que se fazem sem qualquer fiscalização. -----

--- Interveio depois o Senhor **PEDRO VELOSO** manifestando a sua concordância com a adesão salientando o facto da Câmara estar a aderir a uma Associação por um preço tão simbólico. -----

--- Usou seguidamente da palavra o Senhor **ZEFERINO SILVA** referindo que no seu entender é o Município que vai aderir abrangendo todo o Concelho. -----

--- Questionou acerca da escavações que se têm efectuado ao longo destes anos e o que é que tem sido feito daquilo que é retirado dessas escavações. -----

--- Por último interveio o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** para esclarecer que o acompanhamento das obras no Centro Histórico têm vindo a ser acompanhadas pelos Técnicos do Município. -----

--- Quanto às escavações disse que tudo o que foi encontrado tem sido objecto de inventário num contexto de datas. -----

--- Relativamente ao preço da adesão referiu que se trata de um valor simbólico porque esta Associação é apoiada pelo Estado. -----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **ADESÃO DA C.M.S. AO INSTITUTO DE ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA**, nos termos da alínea h), do número dois, do artigo número trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO TRÊS**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, e de acordo com a competência que lhe confere o artigo dezasseis do Regimento, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**, o qual não

**ACTA Nº. 22/96**  
**Sessão de 27 de Dezembro de 1996**

se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos do mesmo dia, quando o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, deu por encerrada a Sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, e subscrita por mim, **PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, que a redigi. -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----